



# Assembléia Legislativa

## FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

RUBRICA <i>Clare</i>	FLS Nº <i>23</i>
ANEXOS	NÚMERO <i>AL 2311/13</i>

DIRETORIA LEGISLATIVA  
JUNTA DA

Publicação de matéria  
de *51/11/01* laudas.

Em *10/04/13*

Funcionário

*José Hugamenon Alves Barbosa Júnior*  
Chefe do Setor de Publicação

DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO

Encaminhe-se a *Comissão*  
*de Constituição e*  
*Justiça*

Em *10/04/13*

*P.P. Francisco Carlos A. de Carvalho*  
Conceição de Maria Pádua Sampaio  
Chefe da Div. de Apoio Legislativo

Asssembléia Legi

Encaminhe-se à *Sublegado*

Em *16/07/2013*

Conceição de Maria Pádua Sampaio  
Chefe do Núcleo Redação de *As*

AL. DIRETORIA LEGISLATIVA  
Nos termos regimentais  
Encaminha-se a *Sec.*

*Carla de Jesus*  
Diretor Legislativo

*218* *JPádua Sampaio*

PROVIDENCIADO

Em *16/07/13*

*Edson Gonçalves*  
Chefe do Setor de Arquivos



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 11 / 04 / 13

Elvágis

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Fernando

Martins

para relatar.

Em 15 / 04 / 13

Luiz Antonio

Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI no. 52, DE 21 MAIO DE 2013, que:

**“RECONHECE DE UTILIDADE  
PUBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS  
PEQUENOS EMPREENDEDORES DO  
ESTADO DO PIAUÍ - ASPEDI”.**

AUTOR: DEP. HÉLIO ISAIAS (PTB)

RELATOR: DEP. FERNANDO MONTEIRO (PTB)

## I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do art. 47, inciso VI, do Regimento Interno, para emitir parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do diploma legal mencionado, reconhece de utilidade publica a **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS EMPREENDEDORES DO ESTADO DO PIAUÍ - ASPEDI**

A proposição faz parte do Processo Legislativo na forma estabelecida no arts. 73, inciso III, 75, 102, inciso X e XVI da Constituição Estadual combinado com arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105 do Regimento Interno, e atende aos requisitos elencados na Lei nº 5. 447, de 24 de maio de 2005.

A referida associação possui todos os documentos de registro e de funcionamento conforme certidão de registro emitida pelo Cartório de 1º Ofício – Notas e Registros de Imóveis da Comarca de Teresina – Pi.

Com efeito, é importante enfatizar que é livre a liberdade de associação para fins lícitos, e que ninguém pode ser compelido a associar-se ou permanecer associado, tudo em consonância com os incisos XVII e XX do art. 5º da Constituição Federal/88.

Desta forma, cumprido as exigências legais, opino pela constitucionalidade do pedido de reconhecimento de utilidade publica da aludida associação.

## II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado a proposição, observa-se que a mesma encontra-se em consonância com a boa técnica legislativa e sob o aspecto constitucional em perfeita harmonia, pelo que votamos pela sua normal tramitação e aprovação.

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 09 de julho de 2013.

*Fernando Monteiro*  
DEP. FERNANDO MONTEIRO  
Relator

*leitura*

APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>09 / 07 / 13</u>
<u><i>[assinatura]</i></u>
Presidente da Comissão de
<u><i>Justiça</i></u>

*[assinatura]*  
*[assinatura]*